

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 078, DE 22 DE JUNHO DE 2012.**

“Altera o art. 9º., extinguindo 01 vaga de Procurador Adjunto e criando o cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, altera o Anexo II-03, modificando as atribuições do cargo de Procurador Adjunto e altera o anexo II-04, que passa a descrever as atribuições do cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, todos da Lei Municipal nº 2.595, de 16 de fevereiro de 2007, que cria cargos e estabelece salários do Poder Executivo do Município de Eldorado do Sul, e dá outras providências.”.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º.** Fica extinta 01(uma) vaga de Procurador Adjunto e criado o cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, todos constantes do quadro de cargos do art. 9º, da Lei Municipal nº 2.595, de 16 de fevereiro de 2007, que passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 9º São criados os seguintes cargos em comissão, de livre nomeação, destinados ao atendimento de encargos de direção, chefia e assessoramento, os quais poderão ser providos sob a forma de função gratificada:*

<b>TOTAL DE CARGOS</b>	<b>DENOMINAÇÃO DOS CARGOS</b>	<b>PADRÃO</b>	<b>ANEXO</b>
01	PROCURADOR GERAL	CC/FG - 8	01
12	SECRETÁRIO	CC/FG - 7	02

<b>1</b>	<b>PROCURADOR ADJUNTO</b>	<b>CC/FG - 6</b>	<b>03</b>
<b>1</b>	<b>CONSULTOR JURÍDICO DO PREFEITO</b>	<b>CC/FG - 6</b>	<b>04</b>
01	CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	CC/ FG - 4	6
02	SUB – PREFEITO	CC/ FG- 4	07
17	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC/ FG - 4	08
13	ASSESSOR EXECUTIVO	CC/ FG - 4	09
13	CHEFE DE GABINETE	CC/ FG - 3	14

”.

**Art. 2º.** Fica alterado o Anexo II-03, da Lei Municipal nº. 2.595, de 2007, modificando as atribuições do cargo de Procurador Adjunto, conforme redação constante no Anexo I desta Lei.

**Art. 3º.** Fica alterado o Anexo II-04, da Lei Municipal nº. 2.595, de 2007, pertencente ao cargo de Assessor Jurídico, cargo este revogado através da Lei Municipal nº. 3.489, de 13 de maio de 2011, estabelecendo as atribuições do cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, conforme redação constante no Anexo II desta Lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 22 de junho de 2012.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**Sigrid Pesenatto**  
Secretária da Administração

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº. **078**, de 22 de junho de 2012, que *“Altera o art. 9º., extinguindo 01 vaga de Procurador Adjunto e criando o cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, altera o Anexo II-03, modificando as atribuições do cargo de Procurador Adjunto e altera o anexo II-04, que passa a descrever as atribuições do cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, todos da Lei Municipal nº 2.595, de 16 de fevereiro de 2007, que cria cargos e estabelece salários do Poder Executivo do Município de Eldorado do Sul, e dá outras providências.”*.

O presente projeto de lei objetiva adequar a Lei de Cargos e Salários do Município, extinguindo um cargo de Procurador Adjunto e criando um cargo de Consultor Jurídico do Prefeito. Da mesma forma, pretende alterar as atribuições do cargo de Procurador Adjunto.

Cumprе informar que a pretendida adequação na legislação tem como intuito atender as orientações que vêm sendo prestadas pelo Poder Judiciário, relativas às nomeações de cargos em comissão.

Referidas orientações estão sendo prestadas, sobretudo, através do julgamento das Ações Direta de Inconstitucionalidade que estão sendo propostas pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Como medida imediata, busca-se extinguir um cargo de Procurador Adjunto e criar um cargo de Consultor Jurídico do Prefeito.

O cargo de Procurador Adjunto, embora constitucional, está perdendo uma vaga, para que possamos compensar a criação do cargo de Consultor Jurídico do Prefeito, uma vez que esta é a atual necessidade, tanto da Procuradoria do Município, quanto do Gabinete do Prefeito, visando ver mantida a adequada prestação do serviço público.

As despesas necessárias à criação do cargo de Consultor Jurídico do Prefeito foram compensadas através da extinção do cargo de Procurador Adjunto atendendo, desta forma, os limites de despesa de pessoal e às exigências contidas na LC 101/00.

Certos de podermos contar com vossa habitual atenção, passamos à apreciação dos Nobres Edis, o presente projeto de lei.

Atenciosamente,

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**  
**Prefeito Municipal**

## **ANEXO I.**

### **“ANEXO II – 03**

**CARGO: Procurador Adjunto.**

**PADRAO: CC 6 ou FG 6**

**SINTESE DOS DEVERES:** a) Substituir o Procurador Geral sempre que este estiver impossibilitado do exercício do cargo. Seja a impossibilidade por afastamentos legais ou para participação de eventos, congressos, simpósios, seminários e congêneres, ou missão municipal externa; b) Auxiliar o Procurador Geral em todos os atos de sua competência, tais como: na coordenação dos trabalhos executados na e pela Procuradoria; c) responder pela mesma, nas situações referidas no item “a” ou quando determinado pelo Procurador Geral.

**ATRIBUIÇÕES:** Exercer como auxiliar e/ou substituto todas as atribuições previstas na lei municipal para o cargo de Procurador Geral.

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

- a) Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais;
- b) Outras: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:** Certificado, devidamente registrado, da conclusão do curso de Ciências Jurídicas e Sociais e registro no Órgão de Classe específico para o exercício da profissão de advogado.

**RECRUTAMENTO:** Indicação pelo Prefeito Municipal.”.

## **ANEXO II.**

### **“ANEXO II – 04**

**CARGO: Consultor Jurídico do Prefeito.**

**PADRAO: CC 6 ou FG 6.**

**SINTESE DOS DEVERES:** a) Efetuar a consultoria jurídica direta do Prefeito Municipal e consequentemente do seu Gabinete; b) Efetuar a consultoria jurídica dos Secretários Municipais, quando determinado pelo Prefeito Municipal.

**ATRIBUIÇÕES:** Realizar a consultoria jurídica direta do Prefeito Municipal e do Secretariado, quando determinado pelo mesmo, em especial nos aspectos técnicos jurídicos das ações dos gestores para implementação e implantação dos programas de administração (governo); condutas necessárias e corretas para atingimento de metas; forma de efetivação das ações e meios possíveis. Para tanto dar orientações e emitir pareceres sobre os assuntos jurídicos dos quais o Prefeito solicite informações e esclarecimentos. Efetuar estudos jurídicos solicitados pelo Prefeito para criações e desenvolvimento de seus projetos de gestão e programas de implementação das políticas públicas, inclusive elaborando os anteprojetos de lei necessários para tanto. Interpretar normas, parecer, enfim, qualquer material, orientando-o em sua conduta ou a seu Secretariado, quando determinado pelo mesmo. Todo e qualquer trabalho de natureza jurídica de que necessite o Prefeito, ou, para gestor que ele autorize. Realizar o elo técnico jurídico entre o gabinete do Prefeito e a Procuradoria Jurídica, quando necessário, nos trabalhos que necessite o gestor e que devam ser realizados pela mesma, colaborando com aquele órgão para o atingimento das metas de gestão e objetivos através da passagem técnica das pretensões, expectativas e objetivos que busca alcançar o Prefeito e seus auxiliares na gestão do Município. Realizar a orientação e verificação das ações e trabalhos determinados pelo Prefeito a qualquer órgão, Secretaria, Departamento, Setor e congênere.

### **CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

a) Carga horária: 40 (quarenta) horas semanais;

b) Outras: O exercício do cargo e/ou função poderá determinar a realização de viagens e trabalhos aos sábados, domingos e feriados.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:** Certificado, devidamente registrado, da conclusão do curso de Ciências Jurídicas e Sociais e registro no Órgão de Classe específico para o exercício da profissão de advogado.

**RECRUTAMENTO:** Indicação pelo Prefeito Municipal.